



Ministério da Economia

Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento

Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria

Subsecretaria de Planejamento Governamental

PPA 2020-2023

Espelho do Monitoramento

PROGRAMA: 2202 - DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo: 1230 - Promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O programa Defesa Agropecuária possui como objetivo a promoção a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos. Para o alcance desses objetivos, a Secretaria de Defesa Agropecuária executou no exercício de 2022 ações de regulação e fiscalização, que estão espelhadas nas Ações Orçamentárias do Programa Defesa Agropecuária, como ações de Modernização e Fortalecimento da Defesa; Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, além de ações de Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica. Além disso, o programa Defesa Agropecuária conta com metas intermediárias nas áreas de Saúde Animal, Sanidade Vegetal, Insumos Agropecuários e Gestão. No que se refere à Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA), foi concluído o Manual de Métodos Oficiais para o Diagnóstico Animal o qual incluiu a revisão de 16 legislações que regulamentam a execução de métodos laboratoriais para o diagnóstico de doenças animais de interesse agropecuário, além do lançamento da terceira versão do Mapa Estratégico. Esses documentos trouxeram elementos de gestão aos atuais processos, práticas e diretrizes da Rede LFDA. Em 2022 também foi entregue o primeiro produto do projeto de análise de eficiência do Diagnóstico Animal (DIA), que trata da avaliação econômica. Com relação à quantidade de ensaios realizados pelos LFDA, em 2022 foram realizados 972.768 ensaios, quantidade 11% superior ao apurado em 2021. Já em relação ao número de amostras recebidas, foram contabilizadas 171.221 amostras, 24% a superior ao recebido em 2021. Quanto à Saúde Animal, o Brasil desenvolveu um amplo programa de vigilância e certificação, o qual está permitindo o reconhecimento do país como livre de febre aftosa sem vacinação, reduzindo o custo de produção, aumentando a remuneração do produtor e abrindo mercados externos. Em 2022, cerca de 68% do rebanho bovino brasileiro já é produzido sem vacinação. O Brasil manteve as 16 UFs livres de peste suína clássica, por meio da execução do Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos. O Plano iniciou suas ações no ano de 2022 nos estados pertencentes à zona livre de peste suína clássica, contando com componentes destinados a aspectos da vigilância. Neste sentido, foi realizado de maio de 2021 a junho de 2022, com resultados que comprovaram a ausência de infecção da peste suína clássica (PSC), na zona livre, e das doenças peste suína africana (PSA) e síndrome reprodutiva e respiratória de suínos (PRRS). Estes resultados ajudam a manter o Brasil como o quarto maior produtor e exportador mundial de carne suína, produzindo cerca de 4,7 milhões de toneladas de carne suína e um valor bruto de produção de cerca de R \$31,4 bilhões. Está em andamento uma consultoria para estabelecimento de um programa de vacinação na zona não-livre. Na área de produtos de uso veterinários, foi publicado painel BI com as listagens de todos os produtos de uso veterinários registrados, possibilitando melhorar a gestão de dados da cadeia de controlados e otimizar os procedimentos de fiscalização, além de ser uma ferramenta que contribuirá para coibir a venda desses produtos para estabelecimentos não registrados, reduzindo sua comercialização irregular e diminuindo o desvio de uso desses produtos. No que se refere à sanidade vegetal, tem-se as ações de contingenciamento para bloqueio da disseminação da Monilíase no território brasileiro, doença que ataca plantações de cacau e cupuaçu,

envolvendo todos os elos da cadeia produtiva do cacau. Em continuidade às ações de manutenção da área livre da Mosca da Carambola, foi possível manter a praga restrita em parte dos estados do Pará e Roraima e em todo estado do Amapá, onde são aplicadas ações de controle, tais como pulverizações com iscas tóxicas, técnica de aniquilamento de machos, coleta e destruição de frutos. Além disto, ações no âmbito internacional vêm sendo conduzidas com a Guiana. No que tange à Inspeção de produtos de origem animal, foram implantadas auditorias internacionais remotas nas unidades descentralizadas de inspeção de produtos de origem animal, permitindo aumentar a abrangência dos locais auditados e de um maior número de participantes das equipes envolvidas. Este protocolo pioneiro permitiu a manutenção do fluxo de produtos de origem animal com os países com os quais o Brasil possui acordos sanitários. Desta forma, mais de 100 auditorias internacionais remotas foram realizadas em estabelecimentos brasileiros produtores de carnes de aves, bovinos, suínos e de pescado. Tais ações permitiram a habilitação de 66 estabelecimentos nacionais para exportarem seus produtos para países como Chile, China e México, além de outros estabelecimentos que puderam manter suas habilitações conquistadas anteriormente. Também, foi ampliado o rol de produtos padronizados, o que garante agilidade futura nos registros destes produtos. Aproximadamente 80% das solicitações de registro ou alterações de registros de produtos de origem animal foram aprovadas automaticamente. Já na Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, avançou-se na padronização de diversos produtos, dentre eles cita-se: bebidas não alcoólicas, derivados de uva e vinho, pimentão, morango, café torrado e castanhas, nozes e frutas secas. Além disso, houve um conjunto de ações fiscais de combate à fraude, clandestinidade e irregularidade de produtos de origem vegetal. No âmbito da vigilância agropecuária internacional, no ano de 2022 o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteira), que visa combater o trânsito e o comércio irregular de mercadorias, bens e insumos agropecuários nas áreas de fronteiras internacionais, passou a integrar o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) para o fortalecimento das ações integradas com órgãos de segurança pública do Ministério da Justiça. Em 2022, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) buscou não somente se ajustar ao incremento da demanda proveniente da expansão agropecuária e do comércio exterior, mas também aos novos conceitos de gestão e de governança públicas. Por fim, em dezembro de 2022 foi sancionada a Lei Nº 14.515, de 29/12/2022, que permite o autocontrole na produção agropecuária modificando o modelo de fiscalização vigente, exclusivamente estatal, para um modelo híbrido, compartilhado com os produtores rurais e indústria, disponibilizando à fiscalização federal informações produzidas pela empresa quanto aos controles realizados e registrados no seu regime de produção.

Meta: 052M - Manter em 81,0% o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 81

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Meta prevista para 2020: 81

Meta prevista para 2021: 81

Meta prevista para 2022: 81

Meta prevista para 2023: 81

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 86,44

Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Justificativa para não regionalização da Meta: InCPOA possui metodologia de coleta por sorteio, que não considera regionalização

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Falta de pessoal para coleta de amostras e para análise laboratorial nas áreas de DIPOA e DIPOV

Providências implementadas para a superação da restrição: Pedidos de concurso anualmente ao ME

Indicador: 8735 - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Valor de referência: 81

Data de Apuração: 31/12/2018

Polaridade: Não se aplica

Periodicidade: Indisponível

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 86,44

Data do índice: 31/12/2021

Observação: Dados referentes a dezembro de 2021. Dados 2022 só estarão disponíveis a partir de maio

Resultado Intermediário: 0195 - Unidades da federação livres da febre aftosa com e sem vacinação

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 27

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Reconhecimento de Estados como livres de Febre Aftosa, com ou sem vacinação

Meta prevista para 2020: 27

Meta prevista para 2021: 27

Meta prevista para 2022: 27

Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 27

Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O sistema de vigilância para a febre aftosa (SVFA) no Brasil está normatizado no Plano de Vigilância para a Febre Aftosa, disponível na página eletrônica do Mapa em português, espanhol e inglês. O SVFA está composto por cinco componentes: vigilância a partir das notificações de suspeitas de doenças vesiculares; vigilância em estabelecimentos rurais; vigilância em eventos agropecuários; vigilância em estabelecimentos de abate; e estudos

soroepidemiológicos, sendo este último exclusivo nas zonas com vacinação. A avaliação nacional do SVFA é realizada por meio de metodologia e indicadores específicos para cada componente, com frequência anual e realizada pelo MAPA, em âmbito nacional, e em nível estadual pelos SVEs nas 27 Unidades Federativas, com vistas a garantir a real importância dos componentes, obter o máximo de eficiência e munir os gestores com informações para auxiliar na avaliação de impacto de medidas de intervenção, definição de estratégias e melhor uso dos recursos disponíveis. Os cinco componentes de vigilância levam em consideração aspectos clínicos, epidemiológicos e laboratoriais. A vigilância a partir das notificações de suspeitas de doenças vesiculares tem por base o atendimento às suspeitas notificadas pelos produtores rurais, profissionais de agropecuária e agentes ligados aos setores público e privado das cadeias produtivas. Os demais componentes têm por base a vigilância ativa e envolvem inspeções realizadas pelo Serviço Veterinário Oficial (SVO) em abatedouros, propriedades rurais e eventos com aglomerações de animais, complementadas por estudos soroepidemiológicos em zonas em que se pratica a vacinação. Em 2022, o Brasil manteve sua zona livre com vacinação e suas quatro zonas livres sem vacinação (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Bloco D), com todo o país reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal como livre de febre aftosa. O último foco da doença do país ocorreu em 2006.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Falhas de Articulação institucional; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Considerando o quantitativo de atividades previstas e a complexidade do tema, ainda se observa restrições de pessoal técnico e capacitado em algumas Unidades Federativas.

Providências implementadas para a superação da restrição: A Unidade vem envidando esforços para a automação de processos, bem como para a elaboração e implantação de eventos de capacitação de pessoal e Plano de Educação e Comunicação em saúde animal, com enfoque na febre aftosa.

Restrição: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição: Algumas ações do Programa de competência de outras instâncias dentro do MAPA, bem como de outras instituições públicas e privadas, o que requer atenção em função de atrasos que podem comprometer andamentos futuros.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram realizadas diversas reuniões com demais instâncias do MAPA e outras instituições com o objetivo de melhorar a articulação entre todos os setores envolvidos

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Embora o impacto da pandemia tenha sido substancialmente menor quando comparado a 2020 e 2021, ainda assim comprometeu o deslocamento de servidores e a ocorrência de reuniões e outros eventos presenciais.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foram mantidos os treinamentos EAD e o projetos de vídeos técnicos. Apesar das restrições quanto à vigilância, foram mantidos os estudos soroepidemiológicos para certificação nas zonas livres de febre aftosa com vacinação.

Notas do usuário: O site do PNEFA traz todas as informações atualizadas, com nova seção contendo conteúdos de educação e comunicação voltados a Febre Aftosa -

<https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/sanidadeanimal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa>.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	4	4	4	4	31/12/2022	As atividades vêm sendo realizadas, com restrições não impactantes para os objetivos propostos.	Não informado
Região Nordeste	9	9	9	9	9	31/12/2022	As atividades vêm sendo realizadas. No entanto já identificamos necessidade de incremento na força de trabalho.	Não informado
Região Norte	7	7	7	7	7	31/12/2022	As atividades vêm sendo realizadas. No entanto já identificamos necessidade de incremento na força de trabalho.	Não informado
Região Sudeste	4	4	4	4	4	31/12/2022	As atividades vêm sendo realizadas, com restrições não impactantes para os objetivos propostos.	Não informado
Região Sul	3	3	3	3	3	31/12/2022	As atividades vêm sendo realizadas, com restrições não impactantes para os objetivos propostos.	Não informado

Resultado Intermediário: 0196 - Unidades da federação livres da Peste Suína Clássica

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 16

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Reconhecimento de Estados como livres da Peste Suína Clássica

Meta prevista para 2020: 16

Meta prevista para 2021: 16

Meta prevista para 2022: 16

Meta prevista para 2023: 16

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 16

Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 foi implantado o Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/saude-suidea/PlanoIntegradodeVigilanciaPNSS.pdf>). O referido Plano responsável pelo sistema de vigilância sanitária para a Peste Suína Clássica (PSC) é composto por um conjunto de ações que visam impedir o ingresso da doença e detectar sinais, diretos ou indiretos, da presença do agente patogênico em uma população suína susceptível, de forma precoce, permitindo reação rápida além de garantir a certificação de zonas livres da doença no Brasil. Os dados da realização de cada um dos componentes do Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos foram adequadamente compilados e analisados ao final do período de 12 meses da sua implantação. A realização das atividades de vigilância ativa preconizadas, como a investigação complementar de todos os casos suspeitos e o cumprimento das amostragens planejadas, foram os fatores determinantes para que a vigilância alcançasse níveis muito satisfatórios de sensibilidade e confiança para demonstrar a ausência das doenças alvo.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: O Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos é executado pelos Serviços Veterinários Estaduais das 16 UFs livres de PSC. Na BA, SE e ES não havia recursos financeiros disponíveis para o pagamento das análises laboratoriais exigidas no Plano.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi realizada articulação do Departamento de Saúde Animal e Departamento de Suporte Técnico, ambos do MAPA, para a realização dos exames laboratoriais, das amostras oriundas da BA, SE e ES, no Laboratório Federal Agropecuário de Minas Gerais.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Houve atraso na compilação e análise dos dados referentes ao Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos, pois há escassez de força de trabalho no Departamento de Saúde Animal para realização desta tarefa.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi dada prioridade para as atividades acima elencadas em detrimento de outras menos importantes/urgêntes.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: O Sistema de Gerenciamento de Estudos Epidemiológicos (SIGEP) não funcionou, desta forma houve atraso na implantação do Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos, dificuldades para captação de dados, atraso na compilação e análise dos dados dos estudos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Foi necessário utilizar um aplicativo desenvolvido pela Oxford University, o Epicollect5, para realização do Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	4	4	4	4	31/12/2022	Restrições/Obstáculos a serem superados: Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Manter os controles das fronteiras e das divisas, em especial quanto ao trânsito de suínos, produtos e subprodutos passíveis de veiculação do vírus da peste suína clássica é um grande desafio para o Estado do MT, sendo que ações direcionadas para ampliar a vigilância já estão sendo adotadas, tanto no nível Federal, quanto Estadual.	O Plano integrado de vigilância é composto por cinco componentes abaixo listados, cada componente do sistema de vigilância compreende uma atividade utilizada para investigar um ou mais perigos na população-alvo. 1. vigilância sorológica baseada em risco: foram analisadas 36.050 amostras de soro sanguíneo, oriundas de 2.090 propriedades rurais. 2. inspeções em estabelecimentos de criação: foram vistoriados 864.466 suínos em 21.142 propriedades rurais. 3. investigações de casos suspeitos: foram realizados 141 atendimentos de casos suspeitos de PSC. 4.

inspeção em
abatedouros:
passaram pela
inspeção ante e
post mortem
57.590.371
procedentes de
141.008
propriedades
rurais. 5.
vigilância
sorológica em
suínos
asselvajados:
foram analisadas
1.787 amostras
de soro
sanguíneo de
suínos
asselvajados. Ao
avaliar os dados,
é possível
afirmar que a
realização das
atividades de
vigilância ativa
preconizadas,
como a
investigação
complementar
de todos os
casos suspeitos e
o cumprimento
das amostragens
planejadas,
foram os fatores
determinantes
para que a
vigilância
alcançasse
níveis muito
satisfatórios de
sensibilidade e
confiança para
demonstrar a
ausência de
circulação do
vírus da PSC nas
zonas livres do

inspeção ante e post mortem
 57.590.371
 procedentes de 141.008 propriedades rurais. 5. vigilância sorológica em suínos asselvajados: foram analisadas 1.787 amostras de soro sanguíneo de suínos asselvajados. Ao avaliar os dados, é possível afirmar que a realização das atividades de vigilância ativa preconizadas, como a investigação complementar de todos os casos suspeitos e o cumprimento das amostragens planejadas, foram os fatores determinantes para que a vigilância alcançasse níveis muito satisfatórios de sensibilidade e confiança para demonstrar a ausência de circulação do vírus da PSC nas zonas livres do Brasil.

Região Norte 3 3 3 3 3

31/12/2022 Restrições/Obstáculos a serem superados: O Plano integrado de

<p>Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Manter os controles das divisas com a zona não livre de PSC do Brasil, em especial quanto ao trânsito de suínos, produtos e subprodutos passíveis de veiculação do vírus da peste suína clássica é um grande desafio para os Estados do AC, RO e TO, sendo que ações direcionadas para ampliar a vigilância já estão sendo adotadas, tanto no nível Federal, quanto Estadual.</p>	<p>vigilância é composto por cinco componentes abaixo listados, cada componente do sistema de vigilância compreende uma atividade utilizada para investigar um ou mais perigos na população-alvo. 1. vigilância sorológica baseada em risco: foram analisadas 36.050 amostras de soro sanguíneo, oriundas de 2.090 propriedades rurais. 2. inspeções em estabelecimentos de criação: foram vistoriados 864.466 suínos em 21.142 propriedades rurais. 3. investigações de casos suspeitos: foram realizados 141 atendimentos de casos suspeitos de PSC. 4. inspeção em abatedouros: passaram pela inspeção ante e post mortem 57.590.371</p>
---	---

procedentes de 141.008 propriedades rurais. 5. vigilância sorológica em suínos asselvajados: foram analisadas 1.787 amostras de soro sanguíneo de suínos asselvajados. Ao avaliar os dados, é possível afirmar que a realização das atividades de vigilância ativa preconizadas, como a investigação complementar de todos os casos suspeitos e o cumprimento das amostragens planejadas, foram os fatores determinantes para que a vigilância alcançasse níveis muito satisfatórios de sensibilidade e confiança para demonstrar a ausência de circulação do vírus da PSC nas zonas livres do Brasil.

Região
Sudeste

4

4

4

4

4

31/12/2022

Restrições/Obstáculos a serem superados
Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e

O Plano integrado de vigilância é composto por cinco

físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Implantar o Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos.	componentes abaixo listados, cada componente do sistema de vigilância compreende uma atividade utilizada para investigar um ou mais perigos na população-alvo. 1. vigilância sorológica baseada em risco: foram analisadas 36.050 amostras de soro sanguíneo, oriundas de 2.090 propriedades rurais. 2. inspeções em estabelecimentos de criação: foram vistoriados 864.466 suínos em 21.142 propriedades rurais. 3. investigações de casos suspeitos: foram realizados 141 atendimentos de casos suspeitos de PSC. 4. inspeção em abatedouros: passaram pela inspeção ante e post mortem 57.590.371 procedentes de 141.008 propriedades
--	--

rurais. 5. vigilância sorológica em suínos asselvajados: foram analisadas 1.787 amostras de soro sanguíneo de suínos asselvajados. Ao avaliar os dados, é possível afirmar que a realização das atividades de vigilância ativa preconizadas, como a investigação complementar de todos os casos suspeitos e o cumprimento das amostragens planejadas, foram os fatores determinantes para que a vigilância alcançasse níveis muito satisfatórios de sensibilidade e confiança para demonstrar a ausência de circulação do vírus da PSC nas zonas livres do Brasil.

Restrições/Obstáculos O Plano

a serem superados:

Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo

integrado de vigilância é composto por cinco componentes abaixo listados, cada

Região Sul

3

3

3

3

3

31/12/2022

<p>a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores.</p>	<p>componente do sistema de vigilância compreende uma atividade utilizada para investigar um ou mais perigos na população-alvo. 1. vigilância sorológica baseada em risco: foram analisadas 36.050 amostras de soro sanguíneo, oriundas de 2.090 propriedades rurais. 2. inspeções em estabelecimentos de criação: foram vistoriados 864.466 suínos em 21.142 propriedades rurais. 3. investigações de casos suspeitos: foram realizados 141 atendimentos de casos suspeitos de PSC. 4. inspeção em abatedouros: passaram pela inspeção ante e post mortem 57.590.371 procedentes de 141.008 propriedades rurais. 5. vigilância sorológica em</p>
--	---

suínos
asselvajados:
foram analisadas
1.787 amostras
de soro
sanguíneo de
suínos
asselvajados. Ao
avaliar os dados,
é possível
afirmar que a
realização das
atividades de
vigilância ativa
preconizadas,
como a
investigação
complementar
de todos os
casos suspeitos e
o cumprimento
das amostragens
planejadas,
foram os fatores
determinantes
para que a
vigilância
alcançasse
níveis muito
satisfatórios de
sensibilidade e
confiança para
demonstrar a
ausência de
circulação do
vírus da PSC nas
zonas livres do
Brasil.

Resultado Intermediário: 0198 - Aumentar a capacidade de processamento de amostras recebidas para análise de conformidade na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 90

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de amostras processadas nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária

Meta prevista para 2020: 91
Meta prevista para 2021: 91
Meta prevista para 2022: 91
Meta prevista para 2023: 91

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 93,6

Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado alcançado pela Rede LFDA em 2022, igual a 93,60%, é considerado bastante satisfatório, visto estar acima da meta (91%). Do total de 171.221 amostras recebidas no ano, 160.261 tiveram seus relatórios de ensaios emitidos até 31/12/2022, sendo consideradas processadas. Comparado aos resultados de 2021 (95,94%) e 2020 (91,80%), observa-se uma oscilação considerada normal, sendo o resultado da Rede LFDA sempre mantido acima da meta. Dentre as amostras não processadas, 4.852 (2,83%) foram rejeitadas por motivos externos ao laboratório, ou seja, problemas na coleta ou envio da amostra ao laboratório. Este percentual é ligeiramente acima do observado em 2021 (2,47%). Os maiores percentuais deste tipo de rejeição foram observados em amostras das áreas de Medicamentos Veterinários e Defensivos, com 16,36% (9 das 55 amostras recebidas), Identidade e Qualidade de Alimentos, com 10,00% (910 amostras), Microbiologia de Alimentos, com 5,98% (776 amostras) e Resíduos e Contaminantes em Alimentos, com 4,12% (692 amostras). Apesar de a rejeição por motivos externos não ser um parâmetro sob governança da CGAL, são envidados esforços em seu monitoramento, para levar informações aos Departamentos responsáveis. Outras 74 amostras foram rejeitadas por motivos internos ao laboratório (0,04% do total recebido), número bastante inferior ao de 2021 (138 amostras ou 0,1%). Esta redução é vista como um excelente resultado. Em relação a amostras aguardando análise (aquelas que foram recebidas, mas não tiveram relatório de ensaio emitido até o fechamento do ciclo), o percentual foi de 3,52% (6.034 amostras), percentual acima do observado em 2021 (1,49%), mas inferior a 2020 (5,3% ou 9.050 amostras), e 2019 (7,8%, ou 14.218 amostras). Em 2022, a justificativa mais citada nas análises críticas para o número de amostras aguardando análise ao encerramento do ano foi a quantidade de amostras recebidas de forma concentrada no último trimestre e envio superior à capacidade operacional.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária atuam em âmbito nacional, de acordo com seus escopos de atuação. Logo, podem receber amostras de todas as regiões do país.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: A provisão recebida pela Rede LFDA em 2022 (no PI FUNLABB) foi de R\$ 67.964.392,00 para custeio e R\$ 1.547.534,00 para investimento. Considerando a real necessidade da Rede na modalidade custeio, calculada em R\$ 91.088.498,67, tem-se que o déficit nesta modalidade para a Rede LFDA no ano de 2022, foi de R\$ 23.124.106,67. Além da insuficiência de recursos de custeio prevista para o exercício, houve a limitação de liberação de orçamento nos primeiros meses do ano, quando em janeiro foi disponibilizado 1/12 avos, em fevereiro 1/16 avos e em março 1/18 avos, o que dificultou a aquisição de insumos e a manutenção de contratos importantes, como os de manutenção de equipamentos e limpeza dos laboratórios conforme o planejado.

Providências implementadas para a superação da restrição: Diante de tais dificuldades impostas, foi realizada gestão junto às autoridades competentes da Secretaria de Defesa Agropecuária, por meio de Processo SEI, informando as necessidades reais da Rede LFDA. Somado a isso, considerando o orçamento anual previsto insuficiente, são realizadas reduções em algumas despesas, na tentativa da adequação ao

orçamento liberado. Importante ressaltar que a Rede LFDA vem, ao longo dos últimos anos, envidando grandes esforços no sentido de racionalizar contratos de prestação de serviços.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: De acordo com a Portaria 512, de 18 de janeiro de 2022, foi evidenciada a carência de Auditores Fiscais Federais Agropecuários - AFFA para a Rede LFDA (Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários e Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária), para as carreiras de Médico Veterinário, Engenheiro Agrônomo, Zootecnista, Químico e Farmacêutico. Existe, ainda, grande carência de Técnicos de laboratório e agentes administrativos.

Providências implementadas para a superação da restrição: Levantamento da carência de servidores e apresentação aos gestores. Remanejamento e compartilhamento de servidores entre as áreas. Priorização de atividades, conforme demanda.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0199 - Reduzir o tempo médio de análise de processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários

Informações básicas

Unidade de medida: Dias

Linha de base: 90

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários

Meta prevista para 2020: 88

Meta prevista para 2021: 83

Meta prevista para 2022: 78

Meta prevista para 2023: 74

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 58

Data do valor apurado: 31/01/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Resultado alcançado, com redução efetiva do tempo de registro de estabelecimentos de fertilizantes e de vinhos e bebidas ao longo do período em função da melhoria dos processos de trabalho, incluindo a autorização de registro automático para algumas atividades, como estabelecimentos comerciais de fertilizantes. Também é causa da redução de prazo a redistribuição de processos dos estados com maior demanda para UFs com menor demanda. A atividade de registro foi incluída no PGD das áreas, também contribuindo para a superação dos resultados.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Redução de recursos orçamentários e alto orçamento em fonte dependente de arrecadação

Providências implementadas para a superação da restrição: Discussão com setorial orçamentária

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Redução do quadro de Auditores Fiscais e de Técnicos de Fiscalização

Providências implementadas para a superação da restrição: Pedidos de concurso e revisão de processos

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	78	74	39,55	31/12/2022	Resultados consideram registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas e de fertilizantes, inoculantes e afins.	Vide análise no indicador agregado
Região Nordeste	-	-	78	74	36,46	31/12/2022	Resultados consideram registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas e de fertilizantes, inoculantes e afins.	Vide análise no indicador agregado
Região Norte	-	-	78	74	41,74	31/12/2022	Resultados consideram registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas e de fertilizantes, inoculantes e afins.	Vide análise no indicador agregado
Região Sudeste	-	-	78	74	63,43	31/12/2022	Resultados consideram registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas e de fertilizantes, inoculantes e afins.	Vide análise no indicador agregado
Região Sul	-	-	78	74	65,31	31/12/2022	Resultados consideram registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas e de fertilizantes, inoculantes e afins.	Vide análise no indicador agregado

Resultado Intermediário: 0200 - Número de unidades da federação livres da Mosca da Carambola

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade

Linha de base: 24

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Estados mantidos sem ocorrência da Mosca da Carambola

Meta prevista para 2020: 24

Meta prevista para 2021: 24

Meta prevista para 2022: 24

Meta prevista para 2023: 24

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 24

Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os eventos de capacitação e sensibilização promovidos pelo MAPA quanto à importância da manutenção nas ações de monitoramento preventivo da praga *Bactrocera carambolae* tem gerado um maior engajamento das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária na execução destas atividades.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Restrição/bloqueio de orçamento que limitaram a aquisição dos insumos necessários às ações de controle da praga nas unidades da federação COM OCORRÊNCIA da praga (Amapá, Pará e Roraima), o que pode gerar um impacto negativo na manutenção do status dos estados ainda indenes.

Providências implementadas para a superação da restrição: Reiteradas solicitações aos níveis hierárquicos superiores.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Redução do quadro de servidores aptos à realização das ações de monitoramento em função de aposentadorias e falta de contratação de novos servidores, tanto pelo MAPA, quanto pelas Agências Estaduais de Defesa Agropecuária.

Providências implementadas para a superação da restrição: Contratação de empresa terceirizada para apoio nas ações de monitoramento e controle da praga no estado de Roraima.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	4	4	4	4	31/12/2022	Não informado	Os eventos de capacitação e sensibilização promovidos pelo MAPA quanto à

Região Sul	3	3	3	3	3	31/12/2022	Não informado	<p>importância da manutenção nas ações de monitoramento preventivo da praga <i>Bactrocera carambolae</i> tem gerado um maior engajamento das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária na execução destas atividades.</p> <p>Os eventos de capacitação e sensibilização promovidos pelo MAPA quanto à importância da manutenção nas ações de monitoramento preventivo da praga <i>Bactrocera carambolae</i> tem gerado um maior engajamento das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária na execução destas atividades.</p>
------------	---	---	---	---	---	------------	---------------	--

Resultado Intermediário: 0334 - Fiscalizar boas práticas de fabricação dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual

Linha de base: 2,8

Data de referência da linha de base: 30/12/2020

Indicador: Percentual de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário fiscalizados (IFPV)

Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 5

Meta prevista para 2022: 41

Meta prevista para 2023: 40

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 17

Data do valor apurado: 23/01/2023

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta de fiscalizações de estabelecimentos fabricantes de produtos veterinários prevista para 2022 não foi alcançada. Tal fato se deve

principalmente pela incapacidade operacional dos SISAs/DDA/SFA em executarem as fiscalizações programadas com base em risco. Houve solicitação de apoio da Equipe Nacional de Fiscalização de Produtos Veterinários, porém a demanda de solicitação é muito maior do que a capacidade operacional dessa equipe. Houve também restrições orçamentárias até o mês de abril, além do recolhimento de recursos em dezembro, o que impossibilitou o deslocamento de Auditores Fiscais Federais Agropecuários da Equipe Nacional por 05 meses durante 2022. A referida meta para 2022 foi estipulada de acordo com a frequência de fiscalização baseada no risco estimado dos estabelecimentos, elaborada conforme o Manual de procedimentos para estimar o risco de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário, aprovado pela Norma Operacional DSA nº 003, de 17 de dezembro de 2019, e autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. A ausência de fiscalização eficiente na frequência estipulada com base no risco, conforme estabelecido pela Instrução Normativa SDA nº 138/2022, em fabricantes registrados proporciona oportunidade para que esses estabelecimentos, os quais possuem instalações e equipamentos apropriados, além do acesso às matérias primas, funcionem como potenciais núcleos de produção de produtos irregulares. Tais produtos irregulares não passaram por avaliação segurança, estabilidade, eficácia e depleção de resíduos. Portanto, representam risco não somente à saúde dos animais, mas também à saúde pública e à economia do País. Considerando o exposto, há necessidade de providências para aumentar o quadro de AFFAs para execução de fiscalização de produtos veterinários, seja por meio de remanejamento interno, ou pela realização de concurso com vagas específicas destinadas à fiscalização de produtos veterinários.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Restrições orçamentárias até o mês de abril, além do recolhimento de recursos em dezembro, o que impossibilitou o deslocamento de Auditores Fiscais Federais Agropecuários da Equipe Nacional por 05 meses durante 2022. Houve também o aumento do valor das diárias pelo Decreto 11.117/2022.

Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de recomposição do PI.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Falta de AFFAs para realizar as fiscalizações, estados mais críticos São Paulo (SEI 21052.014698/2021-48) e Paraná (SEI 21034.013359/2022-43).

Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de recomposição da força de trabalho.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	0	50	50	25	23/01/2023	Em 2022, havia 07 estabelecimentos registrados no Distrito Federal. Estavam previstos para serem	Não informado

No Estado da Bahia	-	25	50	25	16,67	23/01/2023	<p>fiscalizados 02 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foi realizada apenas 01, das 02 fiscalizações previstas. Conforme justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de produtos de uso veterinário, a fiscalização não foi realizada devido à problemas de saúde do representante legal do estabelecimento que seria fiscalizado na semana prevista para fiscalização e não houve reprogramação da referida fiscalização. Em 2022, havia 06 estabelecimentos registrados no estado da Bahia. Estavam previstos para serem fiscalizados 02 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Das 02 fiscalizações previstas, 01 foi realizada com apoio da Equipe</p>	Não informado
--------------------	---	----	----	----	-------	------------	---	---------------

No Estado de Goiás	-	0	42	50	21,43	23/01/2023	Nacional de Fiscalização. A outra fiscalização não foi realizada pois o registro do estabelecimento foi indeferido. Em 2022, havia 14 estabelecimentos registrados no estado de Goiás. Estavam previstos para serem fiscalizados 08 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foram realizadas apenas 03, das 08 fiscalizações previstas. O SISA não apresentou justificativa para o não cumprimento das fiscalizações. Em 2022, havia 01 estabelecimento registrados no estado do Mato Grosso. Estavam previstos para serem fiscalizados 01 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. A fiscalização prevista foi realizada.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	0	0	100	100	23/01/2023	Em 2022, havia 01 estabelecimento registrados no estado do Mato Grosso. Estavam previstos para serem fiscalizados 01 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. A fiscalização prevista foi realizada.	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	0	33	67	100	23/01/2023	Em 2022, havia 03 estabelecimentos registrados no estado do Mato Grosso do Sul. Estavam previstos para	Não informado

No Estado de Minas Gerais	-	7	37	44	44,74	23/01/2023	<p>serem fiscalizados 03 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. As 03 fiscalizações previstas foram cumpridas.</p> <p>Em 2022, havia 38 estabelecimentos registrados no estado de Minas Gerais. Estavam previstos para serem fiscalizados 18 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foram realizadas 17, das 18 fiscalizações previstas. Conforme justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de produtos de uso veterinário, uma fiscalização não foi realizada pois houve solicitação de apoio da Equipe Nacional, porém não houve disponibilidade da equipe em atender à demanda.</p>	Não informado
No Estado de	-	0	29	71	9,09	23/01/2023	Em 2022, havia 11 estabelecimentos	Não informado

Pernambuco

registrados no estado de Pernambuco. Estavam previstos para serem fiscalizados 07 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos

21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foi realizada apenas 01, das 07 fiscalizações previstas. O SISA não apresentou justificativa para o não cumprimento das fiscalizações.

Em 2022, havia 25 estabelecimentos registrados no estado de Santa Catarina.

Estavam previstos para serem fiscalizados 19 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos

21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-

No Estado
de Santa
Catarina

-

4

58

17

20

23/01/2023

44. Das 19 fiscalizações previstas, apenas 05 foram realizadas. Conforme justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de produtos de uso veterinário, as demais fiscalizações não foram realizadas devido à falta de pessoal e falta

Não informado

No Estado de São Paulo	-	4	41	41	6,6	23/01/2023	<p>de treinamento.</p> <p>Em 2022, havia 197 estabelecimentos registrados no estado de São Paulo. Estavam previstos para serem fiscalizados 90 de acordo com a frequência baseada no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foram realizadas apenas 13, das 90 fiscalizações previstas. As demais fiscalizações não foram executadas devido à falta de pessoal, houve solicitação de auxílio da Equipe Nacional de Fiscalização para o cumprimento das fiscalizações, porém não houve tempo hábil e nem disponibilidade para atender toda demanda.</p>	Não informado
No Estado de Sergipe	-	0	100	0	0	23/01/2023	<p>Em 2022, havia 01 estabelecimentos registrados no estado de Sergipe Estavam previstos para serem fiscalizados 01 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. A fiscalização prevista não foi realizada. O SISA não</p>	Não informado

No Estado do Ceará	-	33	33	33	50	23/01/2023	<p>apresentou justificativa para o não cumprimento das fiscalizações.</p> <p>Em 2022, havia 04 estabelecimentos registrados no estado do Ceará. Estavam previstos para serem fiscalizados 02 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. As 02 fiscalizações foram realizadas com apoio da Equipe Nacional de Fiscalização de Produtos Veterinários.</p> <p>Em 2022, havia 07 estabelecimentos registrados no Distrito Federal. Estavam previstos para serem fiscalizados 02 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foi realizada apenas 01, das 02 fiscalizações previstas. Conforme justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de</p>	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	0	0	100	14,29	23/01/2023	<p>Em 2022, havia 07 estabelecimentos registrados no Distrito Federal. Estavam previstos para serem fiscalizados 02 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foi realizada apenas 01, das 02 fiscalizações previstas. Conforme justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de</p>	Não informado

No Estado do Paraná	-	7	39	48	9,68	23/01/2023	<p>produtos de uso veterinário, a fiscalização não foi realizada devido à problemas de saúde do representante legal do estabelecimento que seria fiscalizado na semana prevista para fiscalização e não houve reprogramação da referida fiscalização.</p> <p>Em 2022, havia 62 estabelecimentos registrados no estado do Paraná. Estavam previstos para serem fiscalizados 38 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foram realizadas apenas 06, das 38 fiscalizações previstas. As demais fiscalizações não foram executadas devido à falta de pessoal, houve solicitação de auxílio da Equipe Nacional de Fiscalização para o cumprimento das fiscalizações, porém não houve tempo hábil e nem disponibilidade para atender toda demanda.</p> <p>Em 2022, havia 14 estabelecimentos registrados no estado de Goiás. Estavam previstos para serem fiscalizados 08 de</p>	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	21	57	21	35,71	23/01/2023		Não informado

No Estado do Rio Grande do Sul	-	0	27	27	54,17	23/01/2023	<p>acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foram realizadas 05, das 08 fiscalizações previstas. Conforme justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de produtos de uso veterinário, as demais fiscalizações não foram realizadas pois 01 estabelecimento estava com as atividades suspensas e os outros 02 solicitaram o cancelamento de registro.</p> <p>Em 2022, havia 24 estabelecimentos registrados no estado do Rio Grande do Sul. Estavam previstos para serem fiscalizados 13 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. As 13 fiscalizações previstas foram cumpridas.</p>	Não informado
--------------------------------	---	---	----	----	-------	------------	--	---------------

veterinário

Informações básicas

Unidade de medida: meses

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Indicador: Prazo de registro de produtos de uso veterinário (PRPV)

Meta prevista para 2020: 40

Meta prevista para 2021: 34

Meta prevista para 2022: 28

Meta prevista para 2023: 24

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 30,1

Data do valor apurado: 02/02/2023

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Houve melhora do indicador de 2021 (32,7 meses) para 2022 (30,1 meses); no entanto, o indicador em 2022 ficou acima da meta estabelecida para este ano, que era de 28 meses. Ainda há um passivo de processos de registro acumulados por razões diversas, que incluem desde baixo efetivo de AFFAs (um problema constante) até lacunas da legislação (agora sendo revisada e que levaram ao sobrestamento dos processos) e esses processos estão sendo agora concluídos - alguns ainda são processos protocolizados em 2017, com elevado prazo de análise, o que contribui para o aumento do prazo médio de registro. Vale ressaltar que o indicador reflete os prazos de registro de produtos farmacêuticos e produtos biológicos, que são analisados por duas equipes diferentes. Há gargalos significativos nos fluxos relacionados à análise de produtos farmacêuticos, que requerem dois profissionais (veterinário e farmacêutico) para a análise e que tem gargalos mais significativos, tanto de pessoal como relacionados a problemas de TI, que contribuem para um prazo médio bem maior. Assim, vale ressaltar que, se não fosse a contribuição do menor prazo obtido pelos processos de registro de produtos biológicos, o desempenho teria sido ainda mais aquém do esperado. Ainda, inovações legais no período levaram à necessidade de aporte de documentação adicional por parte das empresas, o que aumentou a demanda de análise pelos analistas de processos de registro, levando a aumento dos prazos de análise.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A análise de processos de registro inicial e alteração de registro de produtos veterinários é conduzida em sua totalidade na CPV, em Brasília, não cabendo, portanto, regionalização.

Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Temos falta de auditores fiscais nas diferentes áreas da Coordenação de Registro e Fiscalização de produtos veterinários: faltam AFFAs farmacêuticos, o que faz com que haja um grande represamento na etapa da análise farmacêutica dos processos de registro de produtos veterinários farmacêuticos; falta AFFA na Coordenação de Registro, onde a demanda é enorme, e a Coordenação conta com apenas 1 AFFA (a coordenadora), o que leva a um represamento na etapa de parecer final das solicitações. Faltam analistas de processos de registro no geral, tanto para análise de processos de registro como para revisão da legislação (muitas normas desatualizadas) e para outras ações da Coordenação. Providências implementadas para a superação da restrição: Considerando a dificuldade em conseguir

aumentar a força de trabalho, visto ser essa uma carência em todo o serviço público, e enquanto não há perspectivas de contratações temporárias ou concurso público, aliada à dificuldade de conseguir liberação das chefias imediatas quando há interesse por parte do servidor de atuar na CPV, a Coordenação vem trabalhando no sentido de buscar a automação de processos (principalmente via plataforma ATHENA desenvolvida em Acordo de Cooperação Técnica com o setor privado), além de estabelecer parcerias com os SISAs, para conseguir cessão parcial de farmacêuticos (embora isso crie gargalos para os SISAs) e rever procedimentos com o objetivo de enxugar processos. No entanto, essas medidas são paliativas e o problema tende a se agravar no médio prazo.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Enfrentamos muitas dificuldades relacionadas à TI/ sistemas utilizados para produtos farmacêuticos, hoje no SIPEAGRO, há inúmeras dificuldades relacionadas ao sistema em si, como instabilidades e erros frequentes, limitações em termos de gerenciamento dos dados, entre outras. Para produtos biológicos, o fato de ainda não ter sido concluída sua migração para o SIPEAGRO pela TI torna ainda mais difícil sua gestão, pelo fato de ainda serem analisados via processos SEI.

Providências implementadas para a superação da restrição: Tendo em vista a morosidade da TI do MAPA para solucionar os problemas enfrentados, foi desenvolvida uma plataforma de gerenciamento e automação de processos de registro, integrada ao SIPEAGRO, resultante de um Acordo de Cooperação Técnica com o setor regulado. Dito sistema, o ATHENA, entrará em produção nas próximas semanas, e esperamos que contribua para a redução dos prazos de registro, com base em automações, melhores fluxos, melhor gerenciamento dos processos. Paralelamente, dedicamos esforços contínuos em reuniões junto à TI buscando soluções de problemas e a finalização da migração dos produtos biológicos; no entanto, a morosidade da TI e o encerramento do contrato com a fábrica de software estão além do alcance de nossas ações.

Notas do usuário: -